

<b>EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO No 01/2024</b> <b>UASG 389484</b> <b>PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2024</b> <b>TIPO: "MENOR PREÇO GLOBAL – ABERTO"</b>			
<b>Data de abertura:</b> 24/04/2024 horas 10h00	<b>SRP?</b> ( ) Sim (X) Não	<b>Exclusiva ME/EPP?</b> ( X ) Sim ( ) Não	<b>Reserva de quota ME/EPP?</b> ( ) Sim ( X ) Não
<b>Decreto 7.174?</b> ( ) Sim (X) Não		<b>Margem de Preferência?</b> ( ) Sim (X) Não	
<b>OBJETO:</b> Contratação de empresa especializada no ramo de Planos ou Seguros Privados de Assistência à Saúde, para a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, laboratorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnósticos, terapias e internações, na modalidade COLETIVA, englobando os segmentos ambulatorial, hospitalar e obstétrico para os funcionários do Conselho Regional de Serviço Social – 9ª REGIÃO/SP e seus respectivos dependentes, em conformidade com o anexo I desse edital.			
<b>Estimativa do objeto:</b>		<b>Vistoria?</b> ( ) Obrigatória ( ) Facultativa (X) Não se aplica	<b>Amostra/Demonstração?</b> ( ) Sim ( ) Não
<b>Prazo para envio da proposta/documentação:</b> partir da publicação do Edital.		<b>Impugnações:</b> Até 18/04/2024 Comprasnet. Quando houver impossibilidade de fazer no Comprasnet, enviar ao <a href="mailto:licitacao@cress-sp.org.br">licitacao@cress-sp.org.br</a>	
<b>Pedidos de esclarecimentos:</b> até 18/04/2024 no Comprasnet. Quando houver impossibilidade de fazer no Comprasnet, enviar ao <a href="mailto:licitacao@cress-sp.org.br">licitacao@cress-sp.org.br</a>			
<b>DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO</b>			
<b>Requisitos Básicos:</b> 1. Sicafe ou documentos equivalentes 2. Certidão Portal da Transparência 3. Certidão CNJ 4. Certidão CNDT 5. Certidão Negativa de Falência 6. Declaração de que não emprega menores.		<b>Requisitos Específicos:</b> 7. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de no mínimo 01 (um) atestado.	
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do cress-sp pelo endereço <a href="http://www.comprasnet.gov.br">www.comprasnet.gov.br</a> , selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “389484”.			

## Sumário

1. DA SESSÃO PÚBLICA .....	3
2. DO OBJETO .....	3
3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3.10. Não poderão participar deste PREGÃO:.....	5
4. DA PROPOSTA DE PREÇOS .....	5
5. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA.....	7
7. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS .....	7
8. DA FASE DE LANCES .....	8
9. DAS PREFERÊNCIAS DA LC Nº 123/2006 (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE) E DO DECRETO 11.430, DE 8 DE MARÇO DE 2023 .....	9
10. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE.....	10
11. DA NEGOCIAÇÃO E DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	10
12. DA HABILITAÇÃO .....	11
12.1.1. JURÍDICA.....	11
12.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA: .....	12
12.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA .....	13
12.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: .....	13
13. DO ENVIO DE DOCUMENTOS E ANEXOS .....	14
14. DAS DESCONEXÕES .....	15
15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS .....	15
16. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO .....	16
17. DAS PENALIDADES A LICITANTES .....	16
18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS .....	17
19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA.....	17
20. DO PAGAMENTO .....	17
21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	18
22. DO FORO .....	19
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA .....	20
ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇO.....	36
ANEXO III - MINUTA - TERMO DE CONTRATO 0XX/2024 NOTA DE EMPENHO: XXX/2024 – TIPO GLOBAL .....	37

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0XX/2024**

**UASG 389484**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0XX/2024**

**TIPO: "MENOR PREÇO - ABERTO"**

O **CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS 9ª REGIÃO/SP**, autarquia federal de fiscalização profissional, por intermédio de seu Pregoeiro e sua equipe de Apoio, nomeado pela Portaria nº 161/2023 de 18/08/2023 torna público, para conhecimento de quantos possam interessar que fará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, em conformidade com as Leis nº 14.133/2021 e decreto 10.024/2019, bem como de outras legislações correlatas e suas respectivas atualizações, sob o regime de execução **MENOR PREÇO GLOBAL**, consoante às disposições estabelecidas neste Edital e seus anexos:

### **1. DA SESSÃO PÚBLICA**

A sessão pública será realizada através do sítio de compras do Governo Federal na rede mundial de computadores (internet), no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), e terá início às 10h00. (Dez horas) no horário oficial de Brasília/DF, do dia 24/04/2024.

### **2. DO OBJETO**

2.1 Contratação de empresa especializada no ramo de Planos ou Seguros Privados de Assistência à Saúde, para a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, laboratorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnósticos, terapias e internações, na modalidade COLETIVA, englobando os segmentos ambulatorial, hospitalar e obstétrico para os funcionários do Conselho Regional de Serviço Social – 9ª REGIÃO/SP e seus respectivos dependentes, em conformidade com o anexo I desse edital.

2.2 Em razão do descritivo do Sistema COMPRASNET não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame, as propostas deverão atender às especificações dos materiais dispostas no Termo de Referência e tabela referencial de preços deste Edital.

### **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1 A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das normas constantes do presente Pregão.

3.2. O interessado em participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, doravante denominado apenas **PREGÃO**, deverá estar previamente cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e credenciado perante o sistema eletrônico de compras do Governo Federal – COMPRASNET, doravante denominado apenas sistema, provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (STLI-MPOG).

3.3. O cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em qualquer órgão ou entidade pública que atue como unidade de cadastramento desse sistema, obedecidas as condições estabelecidas nas normas aplicáveis.

3.3.1. O CRESS 9ª REGIÃO/SP não atua como unidade de cadastramento do SICAF.

3.4. O acesso ao sistema para participação neste **PREGÃO** dependerá de chave de identificação e senha pessoal, que deverão ser obtidas pelo interessado junto ao provedor do sistema (STLI-MPOG), assim como as demais instruções acerca de seu funcionamento e correta utilização.

3.4.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.4.2. A licitante é responsável exclusiva pelo uso de sua senha de acesso ao sistema, assim como por qualquer transação realizada em seu nome, cabendo a si arcar com eventuais danos decorrentes do uso indevido dessa senha, mesmo que por terceiros.

3.5 Qualquer esclarecimento em relação a presente licitação poderá ser solicitado diretamente ao Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no endereço e horários constantes no preâmbulo.

3.6 Somente poderão participar do presente certame as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

3.7 As empresas ME e EPP somente poderão participar deste Pregão Eletrônico as que:

- a) Atendam às condições deste Edital e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por cópia autenticada em Cartório de Notas e Ofício competente ou pelo Pregoeiro Oficial ou Equipe de Apoio, à vista dos originais;
- b) Não estejam sob processo de concordata, falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- c) Não tenham sido declaradas inidôneas por ato de qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que estão suspensas ou impedidas de licitar com o CRESS 9ª REGIÃO/SP;
- d) Enquadradas em alguma das disposições do artigo 14 incisos da lei 14.133/2021 e suas atualizações;
- e) Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações, concedido às microempresas e empresas de pequeno porte, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as que se enquadrarem em qualquer das exclusões relacionadas

nos incisos do §4º e nos §§ 5º e 6º do seu artigo 3º;

3.8. Como requisito para participar neste **PREGÃO**, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, ciência das condições deste Edital e seus anexos, e sua concordância com essas, e o pleno cumprimento das exigências de habilitação do presente Edital.

3.9. A omissão de informações por parte da empresa, ou a declaração falsa, ensejará as sanções e penalidades legais aplicáveis.

### **3.10. Não poderão participar deste PREGÃO:**

a) Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

b) As microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem em processo de falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a administração pública estadual, nos termos do art. 156 da lei 14.133/2021;

b.1) Para cumprimento do disposto na cláusula acima será realizada consulta no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, disponível no site do Comprasnet ([www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)) e consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/>).

c) As microempresas e empresas de pequeno porte interessadas que não atenderem a todas as condições e exigências estabelecidas para este certame, ou não apresentarem os documentos nela exigidos

d) Empresa que possua, entre seus sócios, servidor do CRESS 9ª REGIÃO/SP;

e) Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste **PREGÃO**.

## **4. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

4.1. A proposta de preços detalhada deverá conter os seguintes elementos:

a) razão social da empresa e n.º da inscrição no CNPJ/MF;

b) endereço completo, número de telefone/fax e e-mail para contato;

c) dados bancários da empresa (banco, agência e conta corrente);

d) dados do representante legal que assina a proposta e que assinará o contrato (nome, número e órgão emissor da Cédula de Identidade (RG), número de inscrição no CPF/MF, nacionalidade e estado civil);

e) Grupo cotado, faixas etárias, quantidade de usuários por item, período de execução (em meses), valor mensal, e valor anual por usuário (Anexo III).

4.2. A proposta de preços deverá ser elaborada em formulário fornecido pelo CRESS 9ª REGIÃO/SP (Anexo II) ou em formulário próprio desde que mantidas todas as informações constantes do Anexo II.

a) havendo dúvida quanto à composição de preço apresentada, o Pregoeiro poderá solicitar esclarecimento à empresa, objetivando a perfeita avaliação dos preços ofertados;

b) identificado erro grave na composição dos preços, que possa comprometer a prestação dos serviços, o Pregoeiro desclassificará a proposta da empresa;

4.2.1. A proposta detalhada deverá ser enviada, quando solicitadas pelo Pregoeiro, nos termos das cláusulas 9.4 e 9.4.1, Capítulo 9 deste Edital.

4.3. Para fins de lançamento da proposta eletrônica no sistema COMPRASNET a licitante deverá utilizar formulário específico disponível no sistema, a qual deverá ser enviada, exclusivamente, através do mesmo sistema até a data e horário fixados para abertura da sessão pública (vide preâmbulo).

4.3.1. Deverá ser lançado no sistema o VALOR GLOBAL para todos os itens.

4.3.2. O recebimento de propostas será encerrado automaticamente pelo sistema na data e horário de abertura da sessão pública.

4.3.3 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta de preços anteriormente apresentada.

4.3.4. A licitante que esteja enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do sistema, no momento de envio da proposta de preços, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, de modo que lhe sejam conferidas as prerrogativas da referida Lei.

4.4. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o serviço ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.

4.5. Independente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica submissão da licitante a todas as condições estipuladas neste Pregão e seu anexo, bem como, na legislação aplicável.

4.6. Nos preços ofertados deverão estar inclusas todas as despesas concernentes a prestação dos serviços pretendidos, inclusive para as cooperativas o acréscimo previsto em lei para as contribuições previdenciárias.

4.6.1. A contratada responsabiliza-se pelo ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos ou insuficiência de especificação de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

4.6.2. O disposto na cláusula acima visa garantir os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

4.7. A proposta de preços terá validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública, prazo após o qual, não havendo convocação para a contratação, fica a licitante liberada dos compromissos assumidos.

4.8. A proposta de preços lançada no sistema COMPRASNET será desclassificada se contiver qualquer elemento que possa identificar a licitante.

## **5. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA**

6.1. O Pregoeiro dará início à sessão pública deste **PREGÃO**, na data e horário previstos no preâmbulo deste Edital, na forma eletrônica, e será realizado quando a disputa pelo fornecimento de bens ou pela contratação de serviços comuns ocorrer à distância e em sessão pública, por meio do Sistema de Compras do Governo federal, disponível no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

6.2. A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes será realizada exclusivamente através de troca de mensagens de texto, em campo próprio do sistema.

6.3. Compete à licitante o acompanhamento da sessão pública, via sistema, ficando responsável pelos eventuais ônus decorrentes da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, ou pelo Pregoeiro, ou de sua desconexão.

## **7. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

7.1. O Pregoeiro fará a análise das propostas apresentadas, tendo como base as condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência, e desclassificará aquelas em desconformidade com essas condições.

7.2. A desclassificação de proposta será registrada pelo Pregoeiro no sistema, juntamente com a fundamentação da desclassificação.

7.3. São causas de desclassificação de proposta, dentre outras:

- a) oferta de preço de valor zero, irrisório ou manifestamente inexecutável, sendo este aquele que seja inferior ao custo total da prestação do serviço apurada, acrescido dos encargos legais;
- b) apresentação de oferta ou vantagem baseada nas propostas dos demais licitantes ou de qualquer outra natureza;
- c) oferta de produto diverso do objeto da licitação;
- d) oferta de serviço que não atenda às especificações mínimas exigidas;
- e) presença de qualquer elemento que possa identificar a licitante.



7.4. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.5. O Pregoeiro poderá, no curso da sessão pública do Pregão Eletrônico, solicitar informações às licitantes, acerca de suas propostas/documentações, utilizando a ferramenta de conversação disponível no sistema.

7.6. As propostas classificadas pelo Pregoeiro serão ordenadas automaticamente pelo sistema, para fins de participação da fase de lances.

7.6.1. O critério de julgamento das propostas para fins de ordenamento da classificação será de MENOR PREÇO TOTAL ANUAL.

## **8. DA FASE DE LANCES**

8.1. Concluída a classificação das propostas, o Pregoeiro iniciará a etapa competitiva, na qual as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema.

8.2. A licitante será imediatamente informada do recebimento do lance ofertado e de seu respectivo valor consignado no registro.

8.3. As licitantes farão a disputa dos lances no modo aberto, com intervalo mínimo de R\$ 100(cem reais) por lance.

8.3.1 A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.4. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.4.1. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 8.4, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no 7.4, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, mediante justificativa.

8.6. No curso da fase de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante que o ofertou.

8.7. A fase de lances será encerrada por decisão do Pregoeiro, sendo que o sistema encaminhará às licitantes avisos do fechamento iminente dessa fase.



8.8. Após o aviso de encerramento dos lances, haverá o decurso de período de até trinta minutos, definido aleatoriamente pelo sistema, findo o qual estará automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.9. Durante a fase de lances é permitido ao Pregoeiro excluir lance cujo valor seja considerado inexequível, justificando tal exclusão.

## **9. DAS PREFERÊNCIAS DA LC Nº 123/2006 (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE) E DO DECRETO 11.430, DE 8 DE MARÇO DE 2023**

9.1. Será dado direito de preferência previsto na Lei Complementar n.º 123/2006 à licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha declarado seu enquadramento como tal, na forma indicada neste Capítulo.

9.2. Encerrada a fase de lances, caso a proposta de menor valor não tenha sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema automaticamente analisará as demais propostas de valor igual ou superior em até 5% (cinco por cento) à de menor valor, e realizará os procedimentos cabíveis ao exercício do direito de preferência, observado o disposto abaixo.

9.2.1. Havendo, dentro desse intervalo, proposta(s) apresentada(s) por microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, será convocada a mais bem classificada para apresentação de última oferta, de valor inferior à proposta de menor preço, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema.

9.2.2. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não apresente sua última oferta, o sistema convocará automaticamente as demais licitantes microempresas ou empresas de pequeno porte que atendam às condições desta cláusula, obedecida a ordem de classificação, para exercício do mesmo direito.

9.2.3. Não havendo, dentro do intervalo indicado na cláusula 8.2, proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou não havendo nova oferta de preço por microempresa ou empresa de pequeno porte, permanecerá vencedora a proposta de menor preço originalmente ofertada.

9.2. Além do descrito no item 9.1 deste edital, terá preferência também as empresas que tenham em seus quadros mulheres vítimas de violência doméstica, respeitando o percentual mínimo de 8%(oito por cento) em contratos com quantitativos mínimos de vinte e cinco colaboradores e deverá ser mantido durante toda a execução contratual.

9.2.1: As vagas de que trata o item anterior devem observar:

a) incluem mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 11.340, de 2006; e

b) destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas, observada a proporção de pessoas pretas e pardas na unidade da federação onde ocorrer a prestação do serviço, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

9.3 indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual não caracteriza descumprimento do disposto no caput.

9.4 A administração e a empresa contratada, nos termos do disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, assegurarão o sigilo da condição de vítima de violência doméstica da mão de obra alocada na prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra de que trata o decreto 11.430/2023.

9.5 É vedado o tratamento discriminatório à mulher vítima de violência doméstica integrante da mão de obra alocada na prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

## **10. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE**

**10.1.** O desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho será critério de desempate, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.1.1** 1º Para fins do disposto no caput, serão consideradas ações de equidade, respeitada a seguinte ordem:

I - medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

II - ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

III - igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

IV - práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

V - programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

VI - ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

## **11. DA NEGOCIAÇÃO E DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

11.1. Concluída a fase de lances, e já tendo sido concedida a preferência às microempresas e empresas de pequeno porte previsto no Capítulo 8, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

11.1.2 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.1.3 O prazo será de duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o item 11.1.

11.1.1. Caso as informações fornecidas sobre o serviço sejam insuficientes para a verificação de sua conformidade, o Pregoeiro poderá requisitar a complementação dos dados através da ferramenta de conversação disponível no sistema;

11.1.2. O prazo para a complementação das informações requisitadas será definido pelo Pregoeiro, e informado às licitantes através da ferramenta de conversação do sistema, e será de, no mínimo, 5 (cinco) minutos, contado a partir da solicitação do Pregoeiro;

11.1.3. A não indicação da informação solicitada nos termos das cláusulas 11.1.1 e 11.1.2 poderá acarretar a recusa da proposta.

11.2. Não serão aceitas propostas cujo valor final ofertado, considerados estes os valores propostos pela empresa após o encerramento da fase de lances e da negociação porventura realizada junto ao Pregoeiro, sejam superiores aos valores máximos estimados da contratação.

11.5. Aplica-se à fase de aceitação de propostas, no que couber, o disposto no Capítulo 7 deste edital.

11.6. A(s) empresa(s) ofertantes do menor preço, DEVERÃO encaminhar, através do sistema comprasnet, a Proposta Escrita, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos, contados da convocação do Pregoeiro, aplicando-se no couber o estipulado no Capítulo 12.

11.6.1. Para a elaboração da Proposta Escrita, deverá ser utilizado o Anexo IV do Edital (Modelo de Planilha Orçamentária).

11.7. Na hipótese de não aceitação da proposta, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade, e assim, sucessivamente, até a obtenção de proposta que seja aceitável.

## **12. DA HABILITAÇÃO**

12.1. Aceita a proposta de preços, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante proponente, que consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

### **12.1.1. JURÍDICA**

- a. Cópia da Cédula de Identidade do representante legal;
- b. Registro comercial, no caso de empresa ou empresário individual;
- c. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, bem como todas as alterações contratuais, se houverem, ou da consolidação respectiva;

- d. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **12.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda
- b. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, bem como de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão unificada expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF e pela Procuradoria da Fazenda Nacional - PGFN, conforme Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014;
  - b.1 Se dentro da validade, poderão ser apresentadas, em substituição a Certidão prevista na alínea “b”, separadamente, a Certidão referente à prova de regularidade perante a Seguridade Social, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) expedida pelo INSS, e a Certidão relativa à prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidões expedidas pela Procuradoria da Fazenda e pela Secretaria da Receita Federal;
- c. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS), através do Certificado de Regularidade de Situação (CRS) expedido pela Caixa Econômica Federal;
- d. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) **ou** Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência);
- e. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- f. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativo aos tributos mobiliários e imobiliários, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

- g. Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

### **12.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- a) Prova de negativa de falência ou recuperação judicial, através de Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor do Tribunal de Justiça da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, quando não houver prazo de validade expresso no documento.

### **12.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de no mínimo 01 (um) atestado emitidos em nome da LICITANTE, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter executado a contento ou executar serviços pertinentes ao objeto para o setor público ou privado, em original ou cópia autenticada.

12.2. No tocante aos documentos exigidos nas alíneas “a”, “b” e “c” da cláusula

12.1.2, a habilitação da licitante será verificada mediante consulta on-line ao SICAF, ou mediante apresentação dos próprios documentos na forma do Capítulo 12.

12.3. Quanto ao documento exigido na alínea “d”, a habilitação da licitante será verificada mediante consulta on-line ao site do TST (Tribunal Superior do Trabalho), ou mediante apresentação dos próprios documentos na forma do Capítulo 12.

12.4. O documento de que trata a alínea “g” da cláusula 12.1.2 deverá ser encaminhado eletronicamente, por ocasião do envio da proposta, ou através de campo próprio no sistema do COMPRASNET.

12.5. Os documentos de que tratam as cláusulas 12.1.1, 12.1.3 e 12.1.4 deverão ser encaminhados por e-mail quando solicitados pelo pregoeiro nos termos do capítulo 11 deste Edital.

- 12.5.1. Observar-se-á para fins de julgamento da habilitação o disposto nas cláusulas 7.4 e 7.5.

12.6. Nos termos da LC 123/2006 e do Decreto 6.204/2007, se exigirá a comprovação da regularidade fiscal da microempresa e da empresa de pequeno porte apenas para fins da contratação:

12.6.1. Os documentos exigidos nesta licitação relativos à regularidade fiscal são os indicados nas alíneas 'a', 'b', 'c' e 'e' da cláusula 12.1.1 deste Edital.

12.7. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

12.9. Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12.10. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

12.12. No que se refere a envio de documentos/anexos deverá ser observado o disposto no Capítulo 12.

12.12. Atendidas as condições expostas neste Capítulo, a licitante será declarada vencedora.

### **13. DO ENVIO DE DOCUMENTOS E ANEXOS**

13.1. Em caso de haver necessidade de envio de documento e/ou anexo por parte de empresa licitante, o Pregoeiro fará a solicitação através da ferramenta de conversação disponível no sistema.

13.1.1. O envio de documento/anexo será feito de forma virtual, mediante uso da função de convocação de anexos existente no sistema.

13.1.2. Os documentos/anexos deverão ser encaminhados, preferencialmente, em arquivo digitalizado, no formato "PDF", de modo a não permitir sua manipulação.

13.1.3. O prazo para envio de documento/anexo será definido pelo Pregoeiro, e informado às licitantes através da ferramenta de conversação do sistema, e será de, no mínimo, 5 (cinco) minutos, contado a partir da convocação.

13.1.4. Verificada a impossibilidade de envio por meio da ferramenta indicada na cláusula 13.1.1, poderá ser utilizada outra forma de envio (correio-eletrônico, fax, ou outra), a ser indicada pelo Pregoeiro.

13.2. Visando evitar desperdício de tempo e recursos, tanto do CRESS 9ª REGIÃO/SP, como das licitantes, somente deverá haver envio de documentos/anexos (por ex.: documentos de habilitação) por parte das licitantes se houver expressa solicitação do Pregoeiro.

13.3. Sendo necessária a apresentação de original ou cópia autenticada do documento/anexo, a empresa licitante deverá fazê-lo no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da solicitação do Pregoeiro.

13.3.1. A via original, ou cópia autenticada, do documento/anexo, da CLAUSULA 10, deverão ser entregues no setor SECRETARIA do CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS 9ª REGIÃO/SP – Rua Conselheiro Crispiniano, 80– República – São Paulo/SP – CEP: 01037-001, em envelope contendo a identificação da empresa e a referência ao seu conteúdo e a este Pregão.

#### **14. DAS DESCONEXÕES**

14.1. Ocorrendo a desconexão do Pregoeiro com o sistema, no curso da fase de lances, estes continuarão a ser recebidos, sem prejuízo dos atos realizados, se o sistema permanecer acessível aos licitantes.

14.2. Se a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa pelo sistema, e terá reinício somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

14.3. Em caso de desconexão de licitante com o sistema, a sessão do Pregão prosseguirá normalmente, cabendo ao licitante os eventuais ônus decorrentes dessa desconexão.

#### **15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

15.1. Declarada a licitante vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

15.2. Caberá ao Pregoeiro, através de campo próprio do sistema, acatar ou rejeitar, motivadamente, a intenção de recorrer manifestada.

15.3. Aceita a intenção de recurso, as razões do recurso de que trata o item 15.1 deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

15.4 Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

15.5 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

15.6 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

15.7. Mantida a decisão recorrida, o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, neste caso a Direção-Geral do CRESS 9ª REGIÃO/SP, que decidirá o recurso.



15.8. Decidido o recurso, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

## **16. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

16.1 Homologado o resultado desta licitação pela Presidenta do CRESS 9ª REGIÃO/SP, a contratação será formalizada mediante lavratura dos termos de contrato e emissão da(s) Nota(s) de Empenho respectiva, contendo a indicação do item, com sua descrição e preço do serviço ao CRESS 9ª REGIÃO/SP.

16.2. Como condição para lavratura dos termos de contrato e emissão da(s) Nota(s) de Empenho, a licitante vencedora deverá atender a todas as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive a microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha se utilizado da prerrogativa indicada na cláusula 9 deste Edital.

16.2.1. A(s) empresa(s) prestadoras dos serviços deverão manter, durante o prazo de vigência da contratação, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

16.3. A(s) empresa(s) vencedora(s) será (ão) convocada(s) a comparecer ao CRESS 9ª REGIÃO/SP para assinar os termos de contrato e retirar as Notas de Empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do ofício, sob pena de decair o direito à contratação.

16.3.1. A critério do CRESS 9ª REGIÃO/SP, os termos de contrato e a Nota de Empenho poderão ser encaminhados à empresa vencedora através de serviço postal, fax, correio eletrônico, ou outro meio disponível, devendo a(s) empresa(s) vencedora(s) atestar seu recebimento no mesmo prazo indicado na cláusula 16.3.

16.3.2. Na hipótese do não cumprimento do prazo indicado na cláusula 16.3, ou de haver recusa da(s) empresa(s) vencedora(s) em assinar o termo de contrato e/ou retirar/receber a Nota de Empenho, fica facultado à Administração proceder à adjudicação do objeto da contratação às demais licitantes, observada a ordem de classificação, sem prejuízo das penalidades aplicáveis à(s) empresa (s)vencedora(s).

16.4 Os encargos das partes bem como as normas relativas a recebimento do objeto, liquidação, pagamento, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do termo de referência em anexo a este Edital.

## **17. DAS PENALIDADES A LICITANTES**

17.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o Art. 49 do decreto 10024/2019, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

17.2. A licitante que se recusar a receber a Nota de Empenho ficará sujeita a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação.

17.3. A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se utilizar da prerrogativa da cláusula 17.6 deste Edital, e não regularizar a documentação que tenha sido apresentada com restrição, dentro do prazo fixado, ficará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

## **18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

18.1. Os **pedidos de esclarecimentos** referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, **até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**, por meio eletrônico, na forma do edital.

18.1.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

18.1.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

18.2. Até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste PREGÃO, mediante envio de impugnação através de correio-eletrônico, para o endereço **licitacao@cress-sp.org.br**.

18.2.1 A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

18.2.2 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

18.2.3. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

18.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão conter a identificação do interessado, constando, no mínimo, no caso de pessoa jurídica: a razão social, CNPJ, endereço completo, nome do representante, telefone e e-mail para contato; e no caso de pessoa física: nome completo, CPF, telefone e e-mail para contato.

## **19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

19.1 As despesas decorrentes da aquisição dos serviços descritos no termo de referência correrão por conta da reserva orçamentária realizada para esta contratação registrada na rubrica 6.2.2.1.1.01.04.01.003 - Plano de Saúde.

## **20. DO PAGAMENTO**

20.1 O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias úteis após a apresentação pela CONTRATANTE à CONTRATADA da Nota Fiscal ou fatura, comprovantes dos pagamentos dos encargos sociais, trabalhistas e sindicais que terá o atesto da prestação dos serviços, nas condições exigidas no edital e seus anexos, pelo responsável do contrato;

20.2 Para pagamento do valor acordado, a CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE o documento fiscal exigível, discriminando todas as importâncias devidas, correspondentes aos materiais efetivamente entregues, juntamente com os seguintes documentos:

I - Comprovante de regularidade com o Sistema de Seguridade Social – Certidão Negativa de Débito – CND;

II - Comprovante de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

III - Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal – Certidão Conjunta Negativa;

IV - Comprovante de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

V - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

VI - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

20.3 A CONTRATADA responsabiliza-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes do presente contrato.

20.4 A CONTRATADA é responsável ainda, por quaisquer danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo pelo não cumprimento às cláusulas e condições do presente contrato.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

21.2. A apresentação de proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste edital e seu anexo.

**21.3. Faz parte integrante deste edital os anexos:**

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

21.4. Todas as informações referentes a esta Licitação, tais como: alterações de prazos ou das peças que compõem o Edital, registro de esclarecimentos, impugnações ou recursos e respectivas respostas, resultados de julgamento, entre outras, serão divulgadas no sítio eletrônico [www.cress-sp.org.br](http://www.cress-sp.org.br) e no sítio de compras do Governo Federal, observadas as regras do referido sistema.

21.4.1. As empresas interessadas/licitantes obrigam-se ao acompanhamento das informações disponibilizadas na forma indicada acima, não podendo alegar seu desconhecimento.

21.4.2. Em caráter complementar, as informações referidas na cláusula 21.4 poderão ser divulgadas, também, no sítio do CRESS 9ª REGIÃO/SP na internet, no endereço eletrônico [www.cress-sp.org.br](http://www.cress-sp.org.br).

21.5. Esta licitação poderá ser suspensa, revogada por razões de interesse público ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, em qualquer tempo.

21.6. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou apresentação de propostas relativas à presente licitação.

21.7. A contagem de prazos realizar-se-á excluindo-se o dia de início e incluindo-se o do vencimento, encerrando-se, sempre, às 18h (dezoito horas) do dia do vencimento do prazo.

21.8. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

## **22. DO FORO**

22.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, é competente, na forma da lei, o foro da Justiça Federal de São Paulo/SP, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2024.

**PATRICIA MARIA DA SILVA**  
**CRESS 9ª REGIÃO/SP**  
**PRESIDENTE**

**MACIEL LUIS SILVA**  
**PREGOEIRO OFICIAL**

## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada no ramo de Planos ou Seguros Privados de Assistência à Saúde, para a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, laboratorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnósticos, terapias e internações, na modalidade COLETIVA, englobando os segmentos ambulatorial, hospitalar e obstétrico para os funcionários do Conselho Regional de Serviço Social – 9ª REGIÃO/SP e seus respectivos dependentes.

### **2. DA JUSTIFICATIVA**

O seguro à saúde prestada pelos serviços privados, embora apresente suas deficiências, ainda figura no Brasil como o melhor atendimento médico-hospitalar e ambulatorial prestados às comunidades assistidas.

A intenção precípua do Conselho Regional de Serviço Social – 9ª REGIÃO/SP é oferecer um seguro saúde eficiente e digno, seja na atividade funcional, seja na vida privada e reduzir ou minimizar os efeitos danosos das doenças sobre a continuidade e qualidade no desempenho funcional.

É sabido que o Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado pela Constituição Federal de 1988 para que toda a população brasileira tenha acesso ao atendimento público de saúde.

Todavia, é de consenso comum que tal sistema público, ainda que garanta constitucionalmente, não satisfaz as necessidades existentes daqueles que o necessitam na presente conjuntura nacional.

Sendo assim, a contratação pretendida justifica-se em o benefício proporcionar segurança e tranquilidade aos funcionários efetivos do CRESS 9ª REGIÃO/SP e seus dependentes diretos, em conformidade com a cláusula XX do acordo coletivo firmado entre o sindicato da categoria e o CRESS 9ª Região/SP, garantindo condições de saúde satisfatórias e dignas no campo da saúde, além de garantir a segurança aos bens fundamentais da pessoa humana: a vida e a saúde.

Nesse contexto, justifica-se, a proposição da contratação em questão.

### **3. DOS BENEFICIÁRIOS**

3.1. São beneficiários dos serviços objeto da presente contratação:

- a) o titular;
- b) o dependente do titular;

#### **3.1.1. Entende-se como titular:**

- a) os funcionários do Conselho Regional de Serviço Social – 9ª REGIÃO/SP;

### **3.1.2. Entende-se como dependente do titular:**

- a) o cônjuge ou companheiro (a) legalmente comprovado;
- b) os filhos, naturais ou adotivos, inclusive enteados (solteiros), de funcionários do CRESS 9ª REGIÃO/SP, até 21 (vinte e um) anos de idade;
- c) os filhos, naturais ou adotivos, inclusive enteados (solteiros), de funcionários do CRESS 9ª REGIÃO/SP, incapacitados para o trabalho, inválidos ou interditados por alienação mental, sem limite de idade, devidamente comprovado por junta médica oficial;
- d) os filhos, inclusive enteados (solteiros), até 24 (vinte e quatro) anos de idade, de funcionário do CRESS 9ª REGIÃO/SP, quando estudante universitário, não tendo economia própria;
- e) o menor, sob a guarda ou sob a tutela de funcionário do CRESS 9ª REGIÃO/SP, por força de decisão judicial, até 21 (vinte e um) anos de idade;

## **4. DA IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS**

- 4.1. Os beneficiários (titulares e dependentes) receberão gratuitamente carteira de identificação personalizada a ser fornecida pela CONTRATADA que será usada exclusivamente quando da utilização dos serviços cobertos pelo programa de assistência à saúde.
- 4.2. A carteira de identificação deverá ser devolvida pelo beneficiário quando da vigência da sua exclusão do programa.
- 4.3. Quaisquer prejuízos causados pelo uso indevido da carteira de identificação durante o período em que permanecer cadastrado no programa e após a vigência de sua exclusão do programa, serão de única e exclusiva responsabilidade do beneficiário, o qual deverá efetuar o ressarcimento diretamente à CONTRATADA.

## **5. DA EXCLUSÃO**

- 5.1. Os titulares serão excluídos do programa de assistência à saúde nos seguintes casos:
  - a) por falecimento;
  - b) por demissão;
  - c) por aposentadoria, exceto quando exercido o direito previsto no item 12.4;
  - d) quando solicitado pelo titular.
- 5.2. Os dependentes serão excluídos do programa de assistência à saúde nos seguintes casos:
  - a) por falecimento;

- b) quando o titular ao qual estiver vinculado for excluído;
- c) quando não mais se enquadrar nas disposições constantes nas letras “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 3.1.2 deste Termo;
- d) quando solicitado pelo titular ao qual estiver vinculado.

5.3. Em caso de exclusão de usuário do Plano de Saúde, o Conselho Regional de Serviço Social – 9ª REGIÃO/SP comunicará o fato, imediatamente, à CONTRATADA, cessando desta forma, qualquer responsabilidade do CRESS 9ª REGIÃO/SP pelo uso indevido de qualquer serviço oferecido.

## 6. DO AMPARO LEGAL

- 6.1. O procedimento licitatório obedecerá integralmente às disposições contidas nos seguintes diplomas legais:
- a) Lei nº 9.656/98, de 03 de junho de 1998;
  - b) Lei nº 9.961/00, de 28 de janeiro de 2000;
  - c) Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021;
  - d) decreto 10.024/2019 de 20 de setembro de 2019
  - g) Resolução nº 1973/2011 do Conselho Federal de Medicina (CFM);
  - h) Condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## 7. DOS DADOS COLETADOS

7.1. O Conselho Regional de Serviço Social – 9ª REGIÃO/SP conta com a participação de 31 (trinta e um) funcionários e 23 (vinte e três) dependentes, que, perfazem um total de 54 (cinquenta e quatro vidas) possíveis usuários do Plano de Saúde, conforme quadro atualizado até março/2024:

Idade	Titular	Dependente
<b>0 a 18</b>	0	13
<b>19 a 23</b>	0	0
<b>24 a 28</b>	0	0
<b>29 a 33</b>	2	2
<b>34 a 38</b>	4	0
<b>39 a 43</b>	2	3
<b>44 a 48</b>	6	1
<b>49 a 53</b>	5	1
<b>54 a 58</b>	4	2
<b>59 a 100</b>	8	1
<b>TOTAL</b>	31	23



- 7.2. O número de beneficiários informado no item anterior é estimado e, por esta razão, não há o compromisso do CRESS 9ª REGIÃO/SP incluir aquele quantitativo de usuários no plano de saúde eventualmente contratado, sendo que somente serão computados, para efeito de pagamento, os usuários efetivamente incluídos pelo CRESS 9ª REGIÃO/SP.

## **8. DO TIPO DE PLANO**

- 8.1. O Plano deverá ter abrangência em todo o Estado de São Paulo, e dispor de atendimento ambulatorial e hospitalar com internação em quarto privativo, com direito à acompanhante permanente, além de cobertura de procedimentos obstétricos. A rede nacional somente poderá ser utilizada nos casos de urgência e/ou emergência.
- 8.2. Na alteração de idade do beneficiário que implique deslocamento para outra faixa etária, o valor da mensalidade será ajustado para o valor da nova faixa etária, a partir do mês seguinte ao da ocorrência.
- 8.3. HOSPITAIS - apresentar no mínimo 04(quatro) dos hospitais abaixo: Albert Einsten, Oswaldo Cruz, Santa Catarina, 9 de Julho, Sírío Libanês, São Luiz (Itaim), Hospital do Coração, Stª Virginia (S. José do Brás), hospital Samaritano Higienópolis.
- 8.4. LABORATÓRIOS - apresentar no mínimo 01(hum) dos laboratórios abaixo: Lavoisier, Campana, Delboni Auriemo, Fleury, CDB.
- 8.5. A empresa adjudicatária deverá permitir que o beneficiário e dependente do plano contratado possa optar por outro de custo mais elevado, no prazo de 30 (trinta dias) da execução do contrato, sem cumprimento de carência, e desde que arque com a diferença de custos entre o plano básico, a cargo do CONSELHO, e o plano de padrão superior escolhido.
- 8.6. Quando não houver acomodação hospitalar disponível de acordo com o Plano de Cobertura do beneficiário, na Rede Credenciada da CONTRATADA, fica garantido o acesso à acomodação, em nível superior, sem ônus adicional para o contrato e para o beneficiário.

## **9. DA COBERTURA ASSISTENCIAL**

- 9.1. Os serviços médicos de consultas, hospitalizações e ambulatoriais, são de livre escolha do beneficiário, nos centros médicos, hospitalares e consultórios especializados próprios, por meio de rede conveniada ou referenciada. Os serviços contratados serão prestados de forma contínua aos beneficiários mediante apresentação do cartão de identificação fornecido pela CONTRATADA, independentemente de comprovação de pagamento ou de prévia autorização, bem como do local onde se encontre o beneficiário, principalmente em situação de urgência e/ou emergência, salvo nos casos de procedimentos mais complexos, quando haverá necessidade de prévia autorização.
- 9.1.1. A CONTRATADA deverá apresentar, até a assinatura do Contrato, a lista dos procedimentos para os quais será exigida autorização prévia, bem como relação indicativa da sua Rede Referenciada no Estado de São Paulo.

- 9.1.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer as autorizações ou justificar os indeferimentos das mesmas no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento do respectivo pedido, ressalvadas as situações de urgências e emergências, nas quais deverão ser imediatamente autorizadas, para posterior discussão ou ressarcimento.
- 9.1.1.2. Os casos de urgência e emergência não necessitarão de liberação prévia, mas deverão ser comunicados à CONTRATADA em até 24 (vinte e quatro) horas após o início do atendimento.
- 9.1.1.3. Nas situações de maiores complexidades de procedimentos médicos, a CONTRATADA obedecerá ao prazo de até 3 (três) dias úteis para devida autorização ou justificativa de indeferimento.
- 9.1.2. Nos casos de atendimento de urgência e emergência, a unidade hospitalar ou equivalente deverá dispor de equipamentos adequados, remédios específicos e equipe com especialistas devidamente treinados.
- 9.2. Os serviços deverão abranger todas as ações necessárias à prevenção da doença e/ou à recuperação, à manutenção e à reabilitação da saúde, com cobertura médico hospitalar e ambulatorial, compreendendo consulta médica (em hospitais, clínicas e consultórios), cirurgia, assistência pré-natal, ao parto e ao recém-nascido, pronto-socorro, hospitalização, assistência ambulatorial, Unidade de Terapia Intensiva, serviço complementar de diagnóstico, e tratamento de rotina e especializado.
- 9.3. Os serviços serão executados pelos estabelecimentos e profissionais conveniados ou referenciados da empresa CONTRATADA, sem limite de consultas e exames de métodos complementares, de internamentos em quartos em Unidade de Terapia Intensiva – UTI e semi-intensiva, com instalações condizentes com a necessidade do paciente e de uso de aparelhagem especial em casos necessários.
- 9.4. Os serviços serão prestados para todas as coberturas indicadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), relativas àquelas doenças constantes na Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde – OMS.
- 9.5. No caso de internamentos, cirurgias, partos, berçários e todo e qualquer procedimento médico-hospitalar, serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os gastos com o beneficiário, inclusive diárias hospitalares, honorários médicos, serviço de enfermagem, medicamentos, materiais descartáveis e de curativos durante o período de internação.
  - 9.5.1. A CONTRATADA é responsável pela alimentação do paciente, mesmo quando o médico assistente indique alimentação especial tanto por via oral, parenteral e enteral, sem que isso implique em ônus adicional.
- 9.6. Os procedimentos e eventos ligados à saúde, cobertos pela CONTRATADA, serão aqueles constantes no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde em vigor, editado pela Agência

Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sem quaisquer tipos de limites de utilização, quantidade, prazo e/ou custo, desde que solicitados pelo médico assistente, ressalvados limites indicados neste Termo de Referência.

- 9.7. É vedada a exclusão de cobertura às doenças e lesões preexistentes à data de assinatura do contrato decorrente deste Termo.

#### **I – Atendimento Ambulatorial**

- a) cobertura de consultas e sessões médicas, em número ilimitado e sem prévia autorização ou parecer médico, nas clínicas básicas e especializadas e/ou consultórios médicos, desde que reconhecidos pelo Conselho Federal de Medicina ou Associação Médica Brasileira;
- b) cobertura de serviços de apoio ao diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais, solicitados pelo médico assistente, sem limitação de quantidade, prazos e/ou custo, inclusive fisioterapia, regulamentados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);
- c) o atendimento no consultório particular do médico credenciado / referenciado inclui atendimentos clínicos, curativos, gessados e pequenas intervenções cirúrgicas que não exijam anestesia geral e sejam passíveis de serem realizados em consultórios.

#### **II – Atendimento Hospitalar**

- a) cobertura de internações hospitalares, em clínicas básicas e especializadas, inclusive para pacientes portadores de doenças infecto-contagiosas e doenças psiquiátricas, vedada a limitação de prazo, valor máximo e/ou quantidade;
- b) cobertura de internações hospitalares em Unidade de Terapia Intensiva ou similares, vedada a limitação de prazo, custo máximo e quantidade, a critério do médico assistente;
- c) cobertura de internações hospitalares em Centro de Terapia Intensiva sem limite de utilização de diárias, a critério do médico assistente;
- d) as internações serão processadas mediante "Pedido de Internação", feito pelo médico assistente, excetuando-se os casos de urgência e emergência;
- e) cobertura despesas referentes a honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação para pacientes internados, vedadas quaisquer limitações;
- f) cobertura de exames estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, indispensáveis para o controle da evolução da doença e à elucidação diagnóstica, vedadas quaisquer limitações;
- g) cobertura das despesas com fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, oxigênio, nutrição parenteral e enteral, transfusões, hemodiálise, laser, sessões de quimioterapia e radioterapia, e demais materiais utilizados, conforme

prescrição do médico assistente, realizados ou ministrados durante o período de internação hospitalar, vedadas quaisquer limitações;

- h) cobertura de toda e qualquer taxa, despesa e valores, incluídos os materiais utilizados relativamente à internação hospitalar, inclusive com a remoção do paciente, quando solicitada pelo médico assistente, para outro estabelecimento hospitalar, dentro dos limites de abrangência geográfica previstos no Contrato, em território brasileiro;
- i) cobertura de despesas com sala de cirurgia, eventos obstétricos, unidade de tratamento intensivo, aparelhagem, honorários médicos e todo pessoal necessário, serviços gerais de enfermagem e alimentação, tudo até a alta hospitalar;
- j) o fornecimento de alimentação dietética, quando indicado, até a alta do paciente, não implicará em ônus adicionais ao beneficiário;
- k) medicamentos nacionais ou importados, caso não haja similar nacional, durante o período de internação;
- l) utilização de leitos especiais, monitores e toda aparelhagem e material, indispensáveis ao tratamento;
- m) Unidade de Terapia Intensiva ou isolamento, quando determinado pelo médico assistente, sem limitação de prazo;
- n) cobertura de despesas de acompanhante, vedadas quaisquer limitações.

### **III – Atendimento Obstétrico**

- a) cobertura dos procedimentos relativos ao pré-natal, obstétrica e neonatal, aqui incluídas patologias congênitas das crianças nascidas na vigência do Contrato;
- b) assistência ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário titular, durante os primeiros 30 (trinta) dias após o parto, independente da inscrição prévia do mesmo em algum plano e de quaisquer limitações. O atendimento, neste caso, dar-se-á com a apresentação do cartão de identificação de qualquer dos genitores;
- c) cobertura das despesas com honorários médicos, diárias de berçário e Centro de Terapia Intensiva do recém-nascido, filho natural ou adotivo, bem como medicamentos nacionais ou importados, na falta de similar nacional, materiais e exames indispensáveis ao seu tratamento, durante os primeiros 30 (trinta) dias após o nascimento. Decorrido esse prazo, a cobertura fica condicionada à inclusão do recém-nascido em plano de assistência à saúde;
- d) inscrição assegurada ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário titular, como dependente, ficando, neste caso, isento do cumprimento dos períodos de carência, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de 60 (sessenta) dias consecutivos ao do nascimento ou da adoção.

#### **IV – Outras Coberturas**

- a) transporte aéreo de beneficiários que necessitem de remoção, nos casos de urgência e/ou emergência;
  - b) remoção do paciente em ambulância, sem limite de quilometragem em percursos feitos dentro do perímetro urbano, quando constatada a impossibilidade de sua locomoção pelo seu médico assistente, ficando excluídas as remoções para consultas e exames;
  - c) cobertura dos tratamentos decorrentes de acidentes do trabalho ocorridos na vigência do Contrato;
  - d) intervenções cirúrgicas em geral, inclusive para fins reparadores e não estéticos, quando solicitado pelo médico assistente, sem possibilidade de limitação de qualquer natureza.
- 9.8. Cobertura mais ampla, inclusive de transplantes e de procedimentos de alta complexidade, deverá ser realizada nos termos definidos pelas normas editadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
- 9.9. Todos e quaisquer exames solicitados, desde que integrantes da lista de procedimentos médicos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), deverão ser oferecidos pela empresa CONTRATADA, independente de complexidade, custo, quantidade ou prazo, ficando inteiramente a cargo do médico assistente a sua indicação; e quanto ao local de realização do exame, a critério do beneficiário.
- 9.9.1. Os exames complementares de diagnóstico e de tratamento previstos no Contrato serão realizados mediante "Pedido de Exame", feito pelo profissional credenciado/ referenciado pela CONTRATADA.
- 9.10. A inclusão como referenciados ou credenciados da empresa prestadora dos serviços de seguro saúde, de qualquer hospital, casa de saúde, clínica, laboratório ou entidade correlata, implica compromisso para com os usuários consumidores quanto à sua manutenção ao longo da vigência do Contrato. É facultada, no entanto, a sua substituição por outro equivalente e mediante comunicação aos consumidores com 30 (trinta) dias de antecedência (ressalvada as hipóteses de rescisão por fraude ou infração das normas sanitárias e fiscais em vigor ou ainda quando o descredenciamento for solicitado pelo próprio referenciado ou credenciado).
- 9.10.1. Na hipótese de ocorrer descredenciamento durante internação do beneficiário, o estabelecimento obriga-se a mantê-lo internado e a seguradora obriga-se ao pagamento das despesas até a alta hospitalar, a critério médico.
- 9.10.2. Em caso de substituição de estabelecimento hospitalar por infração às normas sanitárias em vigor, durante o período de internação, a seguradora arcará com a responsabilidade pela transferência imediata para outro estabelecimento equivalente, garantida a continuação da assistência, sem ônus adicional para o beneficiário, bem como tomará todas as providências a fim de assegurar a integridade do beneficiário.

- 9.11. Havendo indisponibilidade de leito hospitalar nos estabelecimentos referenciados ou credenciados da seguradora contratada, é garantido ao beneficiário o acesso à acomodação em nível superior, sem ônus adicional.
- 9.12. Nos internamentos, os beneficiários poderão optar por acomodação hospitalar superior àquela contratada, desde que assumam a diferença de preço hospitalar e da complementação dos honorários médicos, conforme negociação direta com o médico e/ou hospital.
- 9.13. Os procedimentos e os demais serviços previstos no Contrato e constantes deste Anexo serão realizados mediante solicitação do profissional credenciado / referenciado pela CONTRATADA.

## **10. DO REEMBOLSO DAS DESPESAS**

- 10.1. A empresa licitante vencedora deverá praticar reembolso, para todas as categorias de plano previstas no presente edital, para todos os procedimentos ambulatoriais e hospitalares, seja em caráter eletivo, de urgência ou emergência, tendo como referência a tabela da AMB - Associação Médica Brasileira em vigor e os múltiplos de reembolso do plano escolhido pelo beneficiário, sempre que o atendimento ocorrer fora da rede referenciada;
- 10.2. Deverá operar com sistema de reembolso independentemente de ter ou não rede credenciada;
- 10.3. Os reembolsos efetuados ao beneficiário deverão ser realizados dentro de 15 (quinze) dias úteis, a partir da apresentação da documentação relacionada no subitem 10.4 à CONTRATADA, tendo como referência a Tabela praticada pelo licitante vencedor.
- 10.4. Os beneficiários para se habilitarem ao reembolso das despesas por eles diretamente efetuadas deverão apresentar à CONTRATADA os seguintes documentos:
  - a) Conta discriminada das despesas, incluindo relação com materiais, medicamentos e exames efetuados, com preços por unidade, juntamente com as vias originais das notas fiscais ou faturas quando o prestador de serviço for uma pessoa jurídica ou recibos quando o prestador de serviço for uma pessoa física;
  - b) Vias originais dos recibos e comprovantes de pagamento dos honorários médicos, de assistentes e se for o caso, de auxiliares e anestesistas em que devem constar os números do CRM/CRO, do CPF e do ISS e discriminação do serviço realizado; e
  - c) Relatório médico, justificando o tratamento e o tempo de permanência do Beneficiário no hospital;

## **11. DOS SERVIÇOS EXCLUÍDOS**

- 11.1. Não estão cobertos pelo Contrato que resultar da presente Licitação os serviços abaixo descritos:

- a) cirurgias consideradas antiéticas, inclusive interrupção de gestação;
- b) tratamento e/ou cirurgias para fertilização ou esterilização;
- c) exames com o objetivo de reconhecimento de paternidade;
- d) atos cirúrgicos objetivando a mudança de sexo;
- e) internações hospitalares, tratamentos ambulatoriais, exames diagnósticos, terapias e consultas médicas realizadas por profissionais de especialidades não reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina;
- f) tratamentos clínicos e/ou cirúrgicos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelo Conselho de Saúde Complementar;
- g) fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios, quando utilizadas para fins estéticos;
- h) rejuvenescimento, repouso, convalescença e suas consequências e tratamentos em clínicas de emagrecimento, exceto para o tratamento da obesidade mórbida;
- i) materiais e medicamentos importados não nacionalizados e os não reconhecidos pelo órgão governamental competente, bem como os medicamentos ministrados ou utilizados fora do regime de internação hospitalar;
- j) cirurgias plásticas em geral, exceto as restauradoras, e tratamentos clínicos ou cirúrgicos, com finalidade estética ou social, mesmo que justificados por uma causa médica;
- k) tratamento relacionado com métodos de infertilidade, através das diversas modalidades de inseminação artificial;
- l) tratamentos clínicos ou cirúrgicos experimentais, não reconhecidos pelo Conselho de Saúde Suplementar;
- m) transplantes de órgãos, com exceção dos de córneas, rins e transplante autólogo de medula óssea;
- n) despesas com medicação de manutenção pós-transplante;
- o) despesas extraordinárias de internação entre outras: refrigerantes, lavagem de roupas pessoais, aluguel de aparelho de televisão e tudo o mais que não se refira especificamente à causa da internação;
- p) despesas com enfermagem particular, ainda que em hospital, e assistência médica ou domiciliar;
- q) aluguel de equipamentos e aparelhos cirúrgicos para assistência médica domiciliar;



r) exames médicos e complementares de saúde opcional (admissional, periódico e demissional).

## **12. DA ADEÇÃO**

12.1. Será facultado aos funcionários do Conselho Regional de Serviço Social – 9ª REGIÃO/SP a adesão ao plano oferecido pela CONTRATADA, objeto desta Licitação, que se dará na forma estabelecida neste item.

12.1.1. A adesão dos Beneficiários Titulares será feita mediante a assinatura de um "Termo de Adesão", a ser fornecido pela CONTRATANTE, no qual deve constar a opção pelo plano oferecido pela CONTRATADA.

12.1.2. A adesão dos Beneficiários Dependentes poderá ser feita pelo respectivo beneficiário titular, mediante a assinatura de um "Termo de Adesão", no qual deve constar a opção pelo plano oferecido pela CONTRATADA.

12.1.3. A adesão dos Beneficiários Dependentes dar-se-á no mesmo plano do respectivo Beneficiário Titular, oferecido pela CONTRATADA, cabendo à CONTRATANTE arcar com a responsabilidade do pagamento, de acordo com a tabela de valores do plano contratado.

12.2. A CONTRATADA não restringirá o ingresso de novos usuários, tanto titulares quanto dependentes, no plano de saúde, desde que devidamente indicados pelo Conselho Regional de Serviço Social – 9ª REGIÃO/SP, não cabendo à CONTRATADA qualquer exigência e/ou restrição quanto ao número mínimo ou máximo para inclusão e/ou exclusão.

12.3. A licitante vencedora admitirá a transferência de beneficiário titular de um plano de custo menor – no caso o plano contratado - para outro de custo maior, ficando, contudo, sob a responsabilidade do referido beneficiário o pagamento da diferença existente, entre um plano e outro.

12.4. Ao/A funcionário/a aposentado que vier a se desligar do CRESS/SP será garantido o direito de manter sua condição de beneficiário/a, desde que assuma o pagamento integral do plano, conforme a Resolução 279/11 da ANS, na forma do disposto no artigo 31 da Lei nº 9.656/98.

## **13. DAS CARÊNCIAS**

13.1. Não será exigida qualquer forma de carência se a inscrição do beneficiário ocorrer dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data de assinatura do Contrato.

13.1.1. Findo o prazo disposto no item 13.1, a adesão será permitida, porém estará sujeita ao período de carência conforme legislação vigente.

13.2. Ficam excluídos de quaisquer carências:

- a) Aqueles que venham a adquirir a condição de beneficiário, nos termos do objeto desta licitação, após a assinatura do Contrato, em função de nascimento, adoção, casamento, união estável, guarda, tutela definitiva, etc., desde que manifestada a opção pela inclusão em até 30 (dias) dias contados da:
- a.1) ata de entrada em exercício do beneficiário titular do Conselho Regional de Serviço Social – 9ª REGIÃO/SP;
  - a.2) data de nascimento do beneficiário dependente;
  - a.3) data do casamento do beneficiário titular para a inclusão do cônjuge;
  - b) Os casos de emergência, como tal demonstrado em declaração do médico assistente;
  - c) Os funcionários que vierem a ser contratados pelo Conselho Regional de Serviço Social – 9ª REGIÃO/SP durante a vigência do Contrato.

#### **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

##### **14.1 A empresa Contratada deverá:**

- 14.1.1 Manter a rede de credenciados e observar que sempre que ocorrer descredenciamento ou extinção de convênios com profissionais, consultórios, clínicas especializadas, hospitais e outros serviços, será obrigatória a reposição desse tipo de atendimento dentro daquela região no prazo máximo de 30 (trinta) dias mediante novo credenciamento, sem prejuízo da continuidade dos atendimentos em curso, preservando o direito e o nível de atendimento;
- 14.1.2 Quando da implantação dos serviços, providenciar funcionário habilitado a prestar todo tipo de esclarecimento às dúvidas dos usuários, em horário a ser programado na sede do CRESS 9ª REGIÃO/SP e/ou locais acordados previamente;
- 14.1.3 Durante a vigência do contrato, disponibilizar central de atendimento 24 horas, 7x7, para esclarecimento a dúvidas, informações e liberação de procedimentos/senhas de autorização, necessários ao pleno atendimento dos beneficiários;
- 14.1.4 Fornecer aos beneficiários as carteiras de identificação, constando as devidas informações e plano a que tem direito o beneficiário, bem como mantê-las atualizadas e entregues tempestivamente, ao longo da vigência contratual;
- 14.1.5 A Contratada deverá disponibilizar procedimento para utilização do sistema de saúde no período entre o início do contrato e a entrega das carteiras de identificação, de modo que o beneficiário não fique descoberto, caso necessite de procedimentos médicos;

- 14.1.6 Fornecer aos beneficiários titulares, e manter atualizados, guias médicos com informação sobre a rede credenciada e demais informações sobre o Plano;
- 14.1.7 Manter o CRESS 9ª REGIÃO/SP informado de toda e qualquer alteração que ocorra no rol da rede credenciada, bem como fornecer aos titulares e manter atualizados, guias médicos e instruções para utilização dos serviços;
- 14.1.8 Possuir equipe especializada em monitoramento e acompanhamento de doenças crônicas.
- 14.1.9 A contratada deverá atuar como agente intermediário entre beneficiários e operadora de saúde, devendo prover o CRESS 9ª REGIÃO/SP com relatórios estatísticos e analíticos, a serem fornecidos mensalmente, de modo a proporcionar a gestão da sinistralidade e identificação de ações preventivas;
- 14.1.10 Promover junto ao CRESS 9ª REGIÃO/SP ações preventivas, como por exemplo e não limitado a palestras educativas, de modo a orientar os beneficiários quanto às práticas de qualidade de vida e o uso racional do sistema.
- 14.1.11 Cumprir rigorosamente as disposições deste Edital, em conformidade com todas as condições e os prazos aqui estabelecidos, bem como no Termo de Referência respectivo, e ainda com toda e qualquer exigência legal aplicável ao presente caso;
- 14.1.12 Manter, durante toda execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas, sob pena de multa e rescisão contratual.
- 14.1.13 Responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto desta contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de o CRESS 9ª REGIÃO/SP fiscalizar e acompanhar todo o procedimento;
- 14.1.14 Prestar os serviços objeto da presente licitação, obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinentes.
- 14.1.15 Indicar preposto, informando telefone fixo, telefone celular e e-mail para contato com a CONTRATADA, comunicando qualquer alteração que venha a ocorrer nesses dados.
- 14.1.16 Aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto deste Edital, até o limite previsto na lei 14.133/2022 ou correlatas.
- 14.1.17 Reparar e corrigir eventuais falhas, defeitos ou incorreções, detectados na forma prevista neste Edital e na lei de licitações em tudo o que couber.

- 14.1.18 Cumprir com os prazos e demais condições previstas neste Edital e no Termo de Referência, bem como com toda e qualquer exigência legal aplicável ao presente caso.
- 14.1.19 Informar ao Fiscal, ou ao seu substituto eventual, quando for o caso, a ocorrência de qualquer anormalidade, prestando os esclarecimentos necessários.
- 14.1.20 Arcar com as despesas decorrentes da não-observância das condições constantes deste Edital e respectivo Termo de Referência, bem como de infrações praticadas por seus funcionários.
- 14.1.21 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CRESS 9ª REGIÃO/SP.
- 14.1.22 Manter sigilo absoluto, não veiculando publicidade acerca desta contratação, salvo se houver prévia autorização da Administração do CRESS 9ª REGIÃO/SP.
- 14.1.23 Cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações.
- 14.1.24 Adotar todas as providências necessárias para a fiel execução do objeto do presente Edital de Licitação, em conformidade com as disposições do Termo de Referência (Anexo I deste Edital), executando-o com eficiência, presteza e pontualidade.
- 14.1.25 Satisfazer, rigorosamente, o objeto desta contratação, prestando os serviços em conformidade com todas as condições e os prazos estabelecidos neste Edital de Licitação e no seu respectivo Termo de Referência, bem como com toda e qualquer exigência legal aplicável ao presente caso;
- 14.1.26 Prestar os serviços de acordo com a proposta e que satisfaça o descrito neste Edital de Licitação e respectivo Termo de Referência, obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinentes;

## **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE:**

### **15.1 O CONTRATANTE deverá:**

- 15.1.1. Acompanhar a execução do Contrato, através do Fiscal a ser nomeado para este fim, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da Contratada constantes também deste Edital e do respectivo Termo de Referência, anotando em registro próprio todas as ocorrências constatadas;

- 15.1.2 Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece o edital e seus anexos edital;
- 15.1.3 Proporcionar todas as facilidades possíveis à perfeita execução do objeto licitado;
- 15.1.4 Responsabilizar-se pelos pagamentos devidos, nos prazos e condições pactuados no edital e seus anexos;
- 15.1.5 Comunicar à Contratada qualquer ocorrência, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas;
- 15.1.6 Notificar, por escrito, a Contratada, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento/prestação do serviço objeto deste Edital, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, bem como sobre a aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 15.1.7 Prestar informações e esclarecimentos restritos ao objeto deste contrato, necessárias ao desenvolvimento das atividades relativas às obrigações assumidas, sempre que solicitados pelos empregados da Contratada;
- 15.1.8 Atestar as faturas e documentos fiscais correspondentes aos serviços contratados, quando executados a contento, e supervisionar a prestação dos serviços por intermédio de servidores designados para este fim;
- 15.1.9 Informar a empresa Contratada sobre as alterações no quadro de empregados, como admissões, desligamentos, inclusões e exclusões de dependentes, com a devida documentação necessária, dentro dos prazos acordados entre as partes.
- 15.1.10 Permitir, desde que necessário, o livre acesso dos empregados da Empresa Contratada às dependências do CRESS 9ª REGIÃO/SP, devidamente identificados, de acordo com as possibilidades e regras de acesso dos referidos locais;
- 15.1.11 Supervisionar a execução dos serviços por meio do Fiscal do Contrato a ser indicado pelo CRESS 9ª REGIÃO/SP, verificando se todas as obrigações previstas neste Edital estão sendo cumpridas pela Contratada;
- 15.1.12 Rejeitar no todo ou em parte a prestação dos serviços em desacordo com o previsto no presente Edital e no respectivo Termo de Referência;
- 15.1.13 Efetuar a juntada aos autos do processo, das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual;
- 15.1.14 Rejeitar a prestação do objeto deste Edital e do Termo de Referência, por terceiros, sem autorização expressa das partes.

## **16. DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

- 16.1 O valor mensal a ser pago à Contratada poderá ser reajustado em periodicidade não inferior a 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, de acordo com a previsão do art. 25, da Resolução Normativa n.º 557/2022, da ANS.
- 16.2 A iniciativa para aplicação do reajuste cabe à Contratada, sendo que na ausência de provocação desta, os preços se tornarão fixos e irrevogáveis, até que se complete novo período de 12 (doze) meses.
- 16.1.2. Qualquer reajuste de preço deverá estar amparado pelas normas da Agência Nacional de Saúde.
- 16.3. A empresa Contratada comunicará à ANS o reajuste aplicado, conforme determina a legislação.
- 16.4. É facultado ao CRESS 9ª REGIÃO/SP a livre negociação dos valores na data de reajuste anual.
- 16.5. A empresa Contratada se comprometerá a não promover reajustes diferenciados para os Beneficiários do mesmo plano, obedecendo às diretrizes da Lei, bem como a não promover distinção entre os valores cobrados dos Beneficiários incluídos na data da celebração do contrato e daqueles que vierem a ser incluídos posteriormente.
- 16.6 Não haverá repactuação de preços durante a vigência do instrumento contratual, bem como em relação aos eventuais aditivos firmados.
- 16.7 Poderá haver reequilíbrio econômico-financeiro do instrumento contratual a ser firmado, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 16.8 Nos casos do item anterior, a Contratada deverá demonstrar analiticamente a variação dos componentes dos custos do Contrato, devidamente justificada, sendo tal demonstração analisada pelo Contratante para verificação de sua viabilidade e/ou necessidade.

São Paulo, 20 de março de 2024

**EDMUNDO PALMEIRA NETO**  
**COORDENADOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CRESS 9ª REGIÃO/SP**

## ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇO

Prezado (a) Senhor(a),

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta para PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, em conformidade com o TERMO DE REFERÊNCIA, conforme descrição abaixo:

Plano de Assistência Ambulatorial, Hospitalar e Obstétrica Idade (anos)				
Quantidade: Titulares: 31 – Dependentes 23.				
Idade	Titulares	Beneficiários	Valor Mensal	Valor total anual
0 a 18	0	13		
19 a 23	0	0		
24 a 28	0	0		
29 a 33	2	2		
34 a 38	4	0		
39 a 43	2	3		
44 a 48	6	1		
49 a 53	5	1		
54 a 58	4	2		
59 a 100	8	1		

Valor total Mensal: R\$ 0,00

Valor total Anual: R\$ 0,00

---

### **ESTA PROPOSTA DEVERÁ CONTER:**

- a) razão social da empresa e n.º da inscrição no CNPJ/MF;
- b) endereço completo, número de telefone/fax e e-mail para contato;
- c) dados bancários da empresa (banco, agência e conta corrente);
- d) dados do representante legal que assina a proposta e que assinará o contrato (nome, número e órgão emissor da Cédula de Identidade (RG), número de inscrição no CPF/MF, nacionalidade e estado civil);



**ANEXO III - MINUTA - TERMO DE CONTRATO 0XX/2024**

**NOTA DE EMPENHO: XXX/2024 – TIPO GLOBAL**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS – 9ª REGIÃO e a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

Pelo presente Instrumento Particular de contrato de fornecimento de bens, de um lado, o **CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS 9ª REGIÃO/SP**, autarquia federal de fiscalização profissional regida pela Lei nº 8662/93, inscrita no CNPJ sob o nº 43.762.376/0001-46, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo sua Presidenta, Srta. (XXXX), brasileira, solteira, Assistente Social, portadora da cédula de identidade nº (XXXX), devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº (XXXX) e por seu primeiro Tesoureiro Sr. (XXXX), brasileiro, solteiro, Assistente Social, portador da cédula de identidade nº (XXXX) e devidamente inscrito no CPF/MF sob nº (XXXX), doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado a empresa (XXXX), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF (XXXX), estabelecida na (XXXX) – (XXXX) – CEP: (XXXX) neste ato representada pela Sra. (XXXX) brasileira, divorciada, natural de Araraquara/SP, portadora da cédula de identidade (XXXX) e devidamente inscrita no CPF/MF sob nº (XXXX), endereço eletrônico (XXXX), residente e domiciliada na (XXXX), CEP: (XXXX), doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justos e contratados o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

- 1.1 Constitui objeto a contratação de empresa especializada no ramo de Planos ou Seguros Privados de Assistência à Saúde, para a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, laboratorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnósticos, terapias e internações, na modalidade COLETIVA, englobando os segmentos ambulatorial, hospitalar e obstétrico para os funcionários do Conselho Regional de Serviço Social – 9ª REGIÃO/SP e seus respectivos dependentes nos termos e condições edital **PREGÃO 0XX/2024** e seus Anexos, que passam a integrar este instrumento como se nele transcritos estivessem.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 2.1 Os SERVIÇOS deverão ser EXECUTADOS no local indicado no Anexo I – TERMO DE REFÊNCIA

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 3.1 Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a **CONTRATANTE** se obriga a:
- 3.1.1. Acompanhar a execução do Contrato, nos termos do art. 117 da lei 14.133/2021, através do Fiscal do Contrato, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do

objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da Contratada constantes também deste Edital e do respectivo Termo de Referência, anotando em registro próprio todas as ocorrências constatadas;

- 3.1.2 Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece o edital e seus anexos;
- 3.1.3 Proporcionar todas as facilidades possíveis à perfeita execução do objeto licitado;
- 3.1.4 Responsabilizar-se pelos pagamentos devidos, nos prazos e condições pactuados no edital e seus anexos;
- 3.1.5 Comunicar à Contratada qualquer ocorrência, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas;
- 3.1.6 Notificar, por escrito, a Contratada, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento/prestação do serviço objeto deste Edital, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, bem como sobre a aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 3.1.7 Prestar informações e esclarecimentos restritos ao objeto deste contrato, necessárias ao desenvolvimento das atividades relativas às obrigações assumidas, sempre que solicitados pelos empregados da Contratada;
- 3.1.8 Atestar as faturas e documentos fiscais correspondentes aos serviços contratados, quando executados a contento, e supervisionar a prestação dos serviços por intermédio de servidores designados para este fim;
- 3.1.9 Informar a empresa Contratada sobre as alterações no quadro de empregados, como admissões, desligamentos, inclusões e exclusões de dependentes, com a devida documentação necessária, dentro dos prazos acordados entre as partes.
- 3.1.10 Permitir, desde que necessário, o livre acesso dos empregados da Empresa Contratada às dependências do CRESS 9ª REGIÃO/SP, devidamente identificados, de acordo com as possibilidades e regras de acesso dos referidos locais;
- 3.1.11 Supervisionar a execução dos serviços por meio do Fiscal do Contrato a ser indicado pelo CRESS 9ª REGIÃO/SP, verificando se todas as obrigações previstas neste Edital estão sendo cumpridas pela Contratada;
- 3.1.12 Rejeitar no todo ou em parte a prestação dos serviços em desacordo com o previsto no presente Edital e no respectivo Termo de Referência;

3.1.13 Efetuar a juntada aos autos do processo, das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual;

3.1.14 Rejeitar a prestação do objeto deste Edital e do Termo de Referência, por terceiros, sem autorização expressa das partes.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1 Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste Contrato e na legislação pertinente, as seguintes:

4.1.1 Manter a rede de credenciados e observar que sempre que ocorrer descredenciamento ou extinção de convênios com profissionais, consultórios, clínicas especializadas, hospitais e outros serviços, será obrigatória a reposição desse tipo de atendimento dentro daquela região no prazo máximo de 30 (trinta) dias mediante novo credenciamento, sem prejuízo da continuidade dos atendimentos em curso, preservando o direito e o nível de atendimento;

4.1.2 Quando da implantação dos serviços, providenciar funcionário habilitado a prestar todo tipo de esclarecimento às dúvidas dos usuários, em horário a ser programado na sede do CRESS 9ª REGIÃO/SP e/ou locais acordados previamente;

4.1.3 Durante a vigência do contrato, disponibilizar central de atendimento 24 horas, 7x7, para esclarecimento a dúvidas, informações e liberação de procedimentos/senhas de autorização, necessários ao pleno atendimento dos beneficiários;

4.1.4 Fornecer aos beneficiários as carteiras de identificação, constando as devidas informações e plano a que tem direito o beneficiário, bem como mantê-las atualizadas e entregues tempestivamente, ao longo da vigência contratual;

4.1.5 A Contratada deverá disponibilizar procedimento para utilização do sistema de saúde no período entre o início do contrato e a entrega das carteiras de identificação, de modo que o beneficiário não fique descoberto, caso necessite de procedimentos médicos;

4.1.6 Fornecer aos beneficiários titulares, e manter atualizados, guias médicos com informação sobre a rede credenciada e demais informações sobre o Plano;

4.1.7 Manter o CRESS 9ª REGIÃO/SP informado de toda e qualquer alteração que ocorra no rol da rede credenciada, bem como fornecer aos titulares e manter atualizados, guias médicos e instruções para utilização dos serviços;

4.1.8 Possuir equipe especializada em monitoramento e acompanhamento de doenças crônicas.

- 4.1.9 A contratada deverá atuar como agente intermediário entre beneficiários e operadora de saúde, devendo prover o CRESS 9ª REGIÃO/SP com relatórios estatísticos e analíticos, a serem fornecidos mensalmente, de modo a proporcionar a gestão da sinistralidade e identificação de ações preventivas;
- 4.1.10 Promover junto ao CRESS 9ª REGIÃO/SP ações preventivas, como por exemplo e não limitado a palestras educativas, de modo a orientar os beneficiários quanto às práticas de qualidade de vida e o uso racional do sistema.
- 4.1.11 Cumprir rigorosamente as disposições deste Edital, em conformidade com todas as condições e os prazos aqui estabelecidos, bem como no Termo de Referência respectivo, e ainda com toda e qualquer exigência legal aplicável ao presente caso;
- 4.1.12 Manter, durante toda execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas, sob pena de multa e rescisão contratual.
- 4.1.13 Responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto desta contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de o CRESS 9ª REGIÃO/SP fiscalizar e acompanhar todo o procedimento;
- 4.1.14 Prestar os serviços objeto da presente licitação, obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinentes.
- 4.1.15 Indicar preposto, informando telefone fixo, telefone celular e e-mail para contato com a CONTRATADA, comunicando qualquer alteração que venha a ocorrer nesses dados.
- 4.1.16 Aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto deste Edital;
- 4.1.17 Reparar e corrigir eventuais falhas, defeitos ou incorreções, detectados na forma prevista neste Edital e na Lei 14.133/2021, em tudo o que couber.
- 4.1.18 Cumprir com os prazos e demais condições previstas neste Edital e no Termo de Referência, bem como com toda e qualquer exigência legal aplicável ao presente caso.
- 4.1.19 Informar ao Fiscal, ou ao seu substituto eventual, quando for o caso, a ocorrência de qualquer anormalidade, prestando os esclarecimentos necessários.
- 4.1.20 Arcar com as despesas decorrentes da não-observância das condições constantes deste Edital e respectivo Termo de Referência, bem como de infrações praticadas por seus funcionários.
- 4.1.21 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-

los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CRESS 9ª REGIÃO/SP.

4.1.22 Manter sigilo absoluto, não veiculando publicidade acerca desta contratação, salvo se houver prévia autorização da Administração do CRESS 9ª REGIÃO/SP.

4.1.23 Cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações.

4.1.24 Adotar todas as providências necessárias para a fiel execução do objeto do presente Edital de Licitação, em conformidade com as disposições do Termo de Referência (Anexo I deste Edital), executando-o com eficiência, presteza e pontualidade.

4.1.25 Satisfazer, rigorosamente, o objeto desta contratação, prestando os serviços em conformidade com todas as condições e os prazos estabelecidos neste Edital de Licitação e no seu respectivo Termo de Referência, bem como com toda e qualquer exigência legal aplicável ao presente caso;

4.1.26 Prestar os serviços de acordo com a proposta e que satisfaça o descrito neste Edital de Licitação e respectivo Termo de Referência, obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinentes;

4.1.27 manter ao longo de toda a execução do contrato a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

## **CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1 O presente total do contrato é de 0,00 (xxxxxxx) MENSAL, conforme disposições contidas no ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇO do Pregão Eletrônico nº. 0XX/2024, conforme abaixo:

Plano de Assistência Ambulatorial, Hospitalar e Obstétrica Idade (anos)				
Quantidade: Titulares: 31 – Dependentes 23.				
Idade	Titulares	Beneficiários	Valor Mensal	Valor total anual
0 a 18	0	13		
19 a 23	0	0		
24 a 28	0	0		
29 a 33	2	2		
34 a 38	4	0		
39 a 43	2	3		
44 a 48	6	1		
49 a 53	5	1		
54 a 58	4	2		
59 a 100	8	1		

## **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

- 6.1 O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias úteis após a apresentação pela CONTRATANTE à CONTRATADA da Nota Fiscal ou fatura e também após o atesto da entrega dos serviços nas condições exigidas no edital e seus anexos, pelo fiscal do contrato;
- 6.2 Para pagamento do valor acordado, a CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE o documento fiscal exigível, discriminando todas as importâncias devidas, correspondentes a prestação de serviços, juntamente com os seguintes documentos:
- I - Comprovante de regularidade com o Sistema de Seguridade Social – Certidão Negativa de Débito – CND;
  - II - Comprovante de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
  - III - Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal – Certidão Conjunta Negativa;
  - IV - Comprovante de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.
  - V - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.
  - VI - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.
- 6.3 A CONTRATADA responsabiliza-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes do presente contrato.
- 6.4 A CONTRATADA é responsável ainda, por quaisquer danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo pelo não cumprimento às cláusulas e condições do presente contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA**

- 7.1 O valor mensal a ser pago à Contratada poderá ser reajustado em periodicidade não inferior a 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, de acordo com a previsão do art. 19, da Resolução Normativa n.º 195/2009, da ANS.

- 7.2 A iniciativa para aplicação do reajuste cabe à Contratada, sendo que na ausência de provocação desta, os preços se tornarão fixos e irrevogáveis, até que se complete novo período de 12 (doze) meses.
- 7.1.2. Qualquer reajuste de preço deverá estar amparado pelas normas da Agência Nacional de Saúde.
- 7.3. A empresa Contratada comunicará à ANS o reajuste aplicado, conforme determina a legislação.
- 7.4. É facultado ao CRESS 9ª REGIÃO/SP a livre negociação dos valores na data de reajuste anual.
- 7.5. A empresa Contratada se comprometerá a não promover reajustes diferenciados para os Beneficiários do mesmo plano, obedecendo às diretrizes da Lei, bem como a não promover distinção entre os valores cobrados dos Beneficiários incluídos na data da celebração do contrato e daqueles que vierem a ser incluídos posteriormente.
- 7.6 Não haverá repactuação de preços durante a vigência do instrumento contratual, bem como em relação aos eventuais aditivos firmados.
- 7.7 Poderá haver reequilíbrio econômico-financeiro do instrumento contratual a ser firmado, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do artigo 124 “II”;"b" da lei 14.133/2021
- 7.8 Nos casos do item anterior, a Contratada deverá demonstrar analiticamente a variação dos componentes dos custos do Contrato, devidamente justificada, sendo tal demonstração analisada pelo Contratante para verificação de sua viabilidade e/ou necessidade.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 8.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, garantida a defesa prévia, aplicar as seguintes sanções:
- I. Advertência;
  - II. Multa equivalente a 0,5% (meio por cento) do valor mensal do contrato por dia de descumprimento contratual, limitado ao percentual de 20% (vinte por cento) do valor do contrato;
  - III. Suspensão temporária de participação da **CONTRATADA** em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 2 (dois) anos;



IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

- 8.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 8.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da **CONTRATADA**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 8.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da **CONTRATADA**, devidamente comprovadas perante a **CONTRATANTE**.
- 8.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da **CONTRATANTE**. Se a **CONTRATADA** não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da multa, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

- 9.1 O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à **CONTRATANTE** de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à **CONTRATADA** qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** – Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido nos seguintes casos:

- a) decretação de falência, pedido de concordata ou dissolução da **CONTRATADA**;
- b) alteração do Contrato Social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução deste pacto;
- c) transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a este Contrato, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**;
- d) cometimento reiterado de faltas, devidamente anotadas;
- e) no interesse da **CONTRATANTE**, mediante comunicação com antecedência de 3 (três) dias, com o pagamento dos bens adquiridos até a data comunicada no aviso de rescisão;

f) no caso de descumprimento da legislação sobre trabalho de menores, nos termos do disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

- 10.1 O Foro para solução de qualquer conflito decorrente do presente Contrato é o da Justiça Federal de São Paulo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

- 11.1 A **CONTRATADA** deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do contrato, estando sujeita às sanções previstas na legislação brasileira.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 11.2 Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.
- 11.3 E, por assim estarem de pleno acordo, assinam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

São Paulo, xx de XXX de 20xx.

**ASSINATURA DO CONTRATANTE**

**ASSINATURA DO CONTRATADO**